

Artigo

Fome Zero e Agricultura Sustentável no Brasil: da Retomada das Políticas Públicas à Superação da Fome

Zero Hunger and Sustainable Agriculture in Brazil: From the Resumption of Public Policies to Overcoming Hunger

Annelise Esequiel de Lucena Neves¹, Patrício Borges Maracajá² e Paulo Abrantes de Oliveira³

¹Mestranda em Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. Advogada. ORCID: 0000-0002-1134-8921. E-mail: annelyse.neves@gmail.com;

²Doutor em Entomologia pela Universidad de Córdoba, Montería, Córdoba. Professor aposentado do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar. ORCID: 0000-0003-4812-0389. E-mail: patricio@ufersa.edu.br;

³Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba. Professor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Sousa, Paraíba. ORCID: 0000-0003-2927-0867. E-mail: barionix01@gmail.com.

Submetido em: 10/08/2025, revisado em: 13/08/2025 e aceito para publicação em: 14/08/2025.

RESUMO: A erradicação da fome e a promoção da agricultura sustentável, eixos centrais do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2), constituem um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil no contexto da Agenda 2030. Embora o país seja historicamente um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda convive com profundas desigualdades sociais, insegurança alimentar generalizada e modelos de produção agrícola ambientalmente insustentáveis. Neste ínterim, a presente pesquisa realizou um estudo da trajetória do Brasil na implementação do ODS 2. O método científico utilizado foi o indutivo partindo de dados específicos para a construção de conclusões gerais sobre o cumprimento das metas do ODS em estudo pelo Brasil. A pesquisa é classificada como de caráter exploratória e descritiva, com análise documental e aplicação da técnica de análise de conteúdo, articulando abordagens qualitativa e quantitativa. Os resultados evidenciam que, embora haja progresso, a manutenção do patamar alcançado depende de políticas estruturantes, estabilidade orçamentária e integração de estratégias de segurança alimentar e agricultura sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030; Segurança Alimentar; Programas Sociais.

ABSTRACT: The eradication of hunger and the promotion of sustainable agriculture, central axes of Sustainable Development Goal 2 (SDG 2), constitute one of the greatest challenges faced by Brazil in the context of the 2030 Agenda. Although the country is historically one of the largest food producers in the world, it still lives with deep social inequalities, widespread food insecurity, and environmentally unsustainable agricultural production models. In the meantime, the present research carried out a study of Brazil's trajectory in the implementation of SDG 2. The scientific method used was inductive, based on specific data for the construction of general conclusions about the fulfillment of the SDG goals under study by Brazil. The research is classified as exploratory and descriptive, with documentary analysis and application of the content analysis technique, articulating qualitative and quantitative approaches. The results show that, although there is progress, maintaining the level achieved depends on structuring policies, budget stability and integration of food security and sustainable agriculture strategies.

KEYWORDS: 2030 Agenda; Food Security; Social Programs.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A erradicação da fome e a promoção da agricultura sustentável, eixos centrais do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2— “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, constituem um dos maiores desafios enfrentados pelo Brasil no contexto da Agenda 2030. Embora o país seja historicamente um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda convive com profundas desigualdades sociais, insegurança alimentar e modelos de produção agrícola ambientalmente insustentáveis.

A recente saída do Brasil do Mapa da Fome das Nações Unidas, anunciada em 2024, representa um marco significativo no processo de retomada das políticas de segurança alimentar e no cumprimento das metas do ODS 2. Essa conquista, no entanto, não ocorreu de forma isolada. Ela é resultado direto da reestruturação institucional, dos investimentos públicos e da reativação de programas sociais estratégicos.

Apesar dos avanços recentes, persistem incertezas quanto à sustentabilidade das conquistas no combate à

fome. A dependência de programas de transferência de renda, o impacto de mudanças climáticas sobre a produção agrícola e as desigualdades estruturais colocam em risco o cumprimento integral do ODS 2 até 2030. Neste contexto apresentado, o presente artigo visa realizar uma análise da trajetória do Brasil na implementação do ODS 2, destacando a reversão de avanços, os fatores que permitiram a recente recuperação e os desafios para a consolidação e manutenção dos resultados alcançados.

De forma mais específica, visa contextualizar a evolução das políticas públicas de segurança alimentar e agricultura sustentável no Brasil entre 2015 e 2024, identificar os fatores que levaram ao retorno e à posterior saída do Brasil do Mapa da Fome, avaliar a efetividade das ações e programas retomados a partir de 2023 no cumprimento das metas do ODS 2 e propor recomendações para consolidar e ampliar os avanços alcançados na erradicação da fome e promoção da agricultura sustentável.

O método de pesquisa utilizado foi o indutivo, pois o estudo partiu da observação e análise de dados concretos — estatísticas oficiais, relatórios, legislações e programas implementados — para, a partir desses

elementos particulares, chegar a conclusões e generalizações sobre a trajetória do Brasil no cumprimento do ODS em estudo.

Na presente pesquisa, a técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, de caráter descritivo e analítico. Foi realizado o levantamento de documentos oficiais, estatísticas nacionais e internacionais, normas e legislações relacionadas sobre segurança alimentar e produção agrícola sustentável. Os resultados alcançados nos permitem visualizar ser possível a erradicação da fome, mas exige políticas consistentes, intersetoriais e blindadas contra retrocessos.

2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa exploratória, baseada em análise documental de dispositivos legais, documentos oficiais, artigos científicos e demais fontes relevantes, no período de 10 de janeiro de 2015 até a presente data. Segundo Gil (2019), a pesquisa exploratória visa levantar e organizar referências bibliográficas de forma a fundamentar e subsidiar o estudo, permitindo a definição dos objetivos e oferecendo suporte para a solução do problema por meio de uma busca sistemática de informações.

A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, articulando abordagens qualitativa e quantitativa, com adoção do método científico indutivo, partindo da observação de dados específicos para a formulação de conclusões gerais acerca das ações governamentais na busca pelo cumprimento das metas do ODS 2.

A análise de conteúdo possibilita a descrição sistemática, objetiva e quali-quantitativa das informações examinadas. Foram analisados dispositivos legais, documentos oficiais de órgãos gestores, artigos científicos,

doutrinas e outros materiais que apresentem informações relevantes ao tema.

Para Minayo (2017), a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa enriquece a análise da realidade social: a quantitativa permite a mensuração e expressão estatística dos dados, enquanto a qualitativa possibilita a interpretação e aprofundamento dos significados.

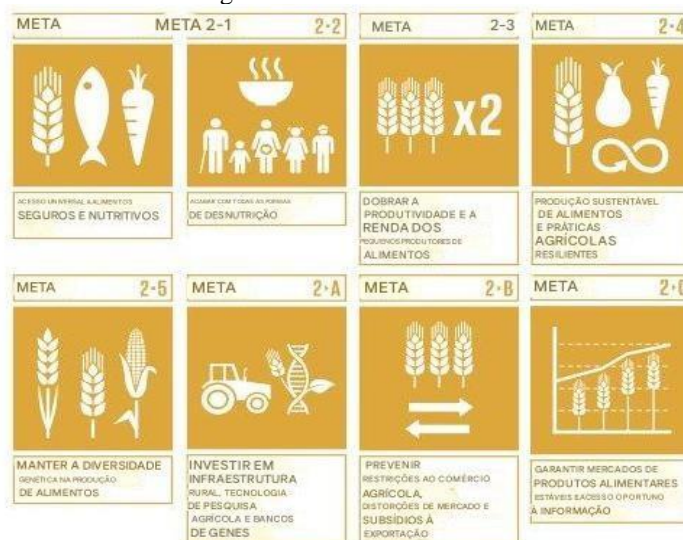
O método científico adotado foi o indutivo. Nas lições de Marconi e Lakatos (2017), indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas.

Portando, partiu-se da observação e análise de dados e evidências específicas para, gradualmente, construir generalizações e conclusões amplas sobre o fenômeno estudado, permitindo compreender de forma mais abrangente os fatores que contribuíram para a saída do Mapa da Fome e compreender os desafios que ainda persistem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em 2015 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda estabelece um ambicioso plano de ação global com 17 objetivos interconectados, que visam erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade para todos até 2030. O Brasil, como um dos países signatários, possui um papel crucial na implementação desses objetivos, dado seu tamanho, diversidade e desafios socioeconômicos.

Figura 1 – Metas do ODS 2



Fonte: <https://knowsdgs.jro.ec.europa.eu>

Fonte: SDGsKNOW (2025)

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 tem como foco assegurar o acesso universal a alimentos seguros e nutritivos, ao mesmo tempo em que promove a adoção de práticas agrícolas sustentáveis. É

composto por 8 metas e 13 indicadores que abrangem medidas de desnutrição e insegurança alimentar (2.1, 2.2), bem como medidas de produtividade agrícola e da produção de alimentos (2.3, 2.4) e diversidade genética

(2.5). Os indicadores de implementação concentram-se no aumento do investimento (2.a) e no funcionamento adequado dos mercados de commodities agrícolas e alimentares (2.b, 2.c) (SDGsKNOW, 2025).

O ODS 2 também enfatiza a necessidade de garantir acesso equitativo a alimentos nutritivos e seguros, além de fomentar investimentos em infraestrutura rural, pesquisa e desenvolvimento tecnológico para impulsionar a sustentabilidade no setor agrícola. Todavia, desde 2015, a fome e a insegurança alimentar têm apresentado um avanço alarmante, resultado da interação de diversos fatores, entre eles a pandemia de COVID-19, os conflitos armados, as mudanças climáticas e o agravamento das desigualdades sociais e econômicas.

4 RETROCESSOS E AGRAVAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR (2015–2022)

Em 2014, o Brasil alcançou um marco histórico ao sair do Mapa da Fome, graças a políticas robustas de transferência de renda, ampliação da produção de alimentos e fortalecimento da agricultura familiar (GTSC A2030, 2024). Todavia, após avanços expressivos entre 2003 e 2014 com o Programa Fome Zero e a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), o Brasil enfrentou sérios retrocessos a partir de 2015.

A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o congelamento de repasses do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a redução dos investimentos em políticas públicas de abastecimento e agricultura familiar resultaram em aumento acelerado da fome e da insegurança alimentar (RNV, 2024).

Essa situação foi agravada por choques externos, como a pandemia da COVID-19 e a guerra na Ucrânia, que intensificaram a inflação dos alimentos — conforme exposto no relatório da FAO (2025). Entre 2019 e 2022, a inflação alimentar acumulada foi de 37,5%, acima do índice geral de preços (21,7%). Esses fatores afetaram principalmente as populações vulneráveis, como as mulheres, os povos indígenas e as comunidades rurais.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2023 revelaram que 4,1% da população brasileira estava em situação de insegurança alimentar grave, e 5,3%, em insegurança alimentar moderada. As consequências dessa conjuntura atingiram especialmente mulheres, crianças, populações indígenas e comunidades tradicionais, acentuando a desigualdade alimentar no país.

5 A VIRADA INSTITUCIONAL E A SAÍDA DO MAPA DA FOME

O Mapa da Fome, elaborado pela FAO, identifica países onde mais de 2,5% da população sofre de subalimentação grave, ou seja, não tem acesso regular a alimentos suficientes para uma vida saudável. Esse monitoramento utiliza o indicador Prevalência de Subnutrição (PoU), que mede o percentual da população em risco de subnutrição; valores acima de 2,5% colocam o país no Mapa. (Brasil, 2025).

Em 2023, com a retomada das políticas de segurança alimentar, o país reverteu parte significativa desse quadro. O governo federal reativou o Consea, criou o Plano Brasil Sem Fome e reforçou o financiamento do PNAE, com reajustes de até 39% após seis anos sem correções. A agricultura familiar voltou a ser prioridade com o fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos e a reconstrução do Programa Cisternas, beneficiando populações em regiões semiáridas.

Essas ações de curto prazo tiveram impactos mensuráveis. O relatório, *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025*, da FAO (2025) aponta que a América Latina foi a única região que registrou avanços consistentes na redução da insegurança alimentar entre 2021 e 2024. O relatório também destaca que os alimentos mais nutritivos seguem sendo os mais caros, o que afeta diretamente a acessibilidade de dietas saudáveis. Isso reflete um cenário onde o aumento do custo de vida impacta de forma mais severa os grupos vulneráveis, como mulheres, crianças e populações rurais.

O Brasil foi destacado como um dos países com melhores práticas de retomada, graças à combinação entre proteção social, políticas públicas inclusivas e integração entre esferas de governo. Além disso, o PPA 2024–2027 inclui diretrizes claras para a promoção de sistemas alimentares sustentáveis e o apoio à agricultura familiar e ao agronegócio sustentável.

O Brasil alcançou, em apenas dois anos de governo, a meta prevista para o fim de 2026 de sair do Mapa da Fome, resultado atribuído à implementação do Plano Brasil Sem Fome, que articula diversas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e inclusão social, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Cozinha Solidária, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a concessão de créditos por meio do Pronaf para a agricultura familiar e a valorização do salário mínimo (Brasil, 2025).

Em 2023, 9,4% dos domicílios brasileiros viviam em insegurança alimentar moderada ou grave, apesar de avanços com o reajuste do Bolsa Família e a valorização do salário-mínimo (meta 2.1). Persistem o déficit nutricional infantil (meta 2.2) e o aumento da obesidade infantil, ligados ao consumo de ultraprocessados. Pequenos produtores enfrentam redução na produção de alimentos básicos, enquanto soja e milho concentraram 68% do crédito agrícola (meta 2.3). A adoção de práticas agrícolas sustentáveis cresce, mas ainda é inferior a 5%, e o uso de agrotóxicos segue em alta, colocando o Brasil como maior consumidor mundial (meta 2.4). Em contrapartida, a Embrapa mantém o 5º maior banco genético do planeta, com cerca de 140 mil acessos preservados (meta 2.5) (RNV, 2024).

O fortalecimento da segurança alimentar está intrinsecamente ligado à agricultura sustentável. O Brasil, como um dos principais atores globais na produção de alimentos, com potencial para alimentar mais de 1,5 bilhão de pessoas. Para isso, tem investido em práticas de intensificação sustentável, como o Plano ABC, o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), tecnologias que respondem simultaneamente à demanda

por produtividade, sustentabilidade e resiliência climática (Embrapa, 2022).

As metas 2.3 e 2.4 do ODS 2 — aumentar a produtividade e garantir sistemas alimentares sustentáveis — encontram respaldo nessas políticas. O fortalecimento da agricultura familiar e o incentivo à produção agroecológica são elementos centrais na promoção de dietas saudáveis, acessíveis e ambientalmente responsáveis. Segundo o relatório da ONU sobre os ODS (2025), a transição para sistemas alimentares resilientes é uma das seis transformações essenciais para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Brasil no cumprimento do ODS 2 reflete os impactos diretos das decisões políticas na vida das populações mais vulneráveis. A recente saída do país do Mapa da Fome em 2024 simboliza a retomada de um caminho de dignidade, justiça social e desenvolvimento sustentável, mas também alerta para a fragilidade das conquistas sociais diante de contextos de instabilidade institucional.

A continuidade desse avanço exigirá vigilância permanente da sociedade civil, investimentos públicos consistentes e a integração entre produção agrícola sustentável e políticas de proteção social. Como reforça os relatórios oficiais, a construção de um Brasil sem fome depende de uma governança participativa, baseada em dados, comprometida com a equidade e com os direitos humanos. O desafio agora é transformar a superação da fome em política de Estado permanente, garantindo o direito à alimentação adequada para todas e todos, de forma justa, sustentável e duradoura.

A experiência recente mostra que conquistas podem ser perdidas rapidamente em contextos de crise ou desmonte institucional. A manutenção do Brasil fora do Mapa da Fome dependerá da continuidade das políticas públicas, da inclusão produtiva dos pequenos agricultores, da redução das desigualdades e da resiliência dos sistemas alimentares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14802.htm. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. **Brasil sai do Mapa da Fome da ONU: conquista histórica reflete políticas públicas eficazes.** 28 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/brasil-sai-do-mapa-da-fome-da-onu-conquista-historica-reflete-politicas-publicas-eficazes>. Acesso em: 3 ago. 2025.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira.** 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>. Acesso em: 2 abr. 2025.

FAO. **The state of food security and nutrition in the world 2025.** Disponível em: <https://www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-state-of-food-security-and-nutrition-in-the-world/en>. Acesso em: 3 ago. 2025.

GTSCA2030 – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. **Relatório Luz, 2024.** Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2024/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.** 2015. Disponível em: <http://goo.gl/jeFMVC>. Acesso em: 12 jul. 2025.

ONU. **The Sustainable Development Goals Report 2025.** Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2025.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

RNV – Relatório Nacional Voluntário, Brasil 2024 / Secretaria-Geral da Presidência da República. **Relatório Nacional Voluntário, Brasil 2024.** Brasília: Presidência da República, 2024. 343 p. ISBN 978-65-86360-45-5. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/cnods/RNV_Brasil/portugues. Acesso em: 26 jan. 2025.

SDGsKNOW – European Commission. **ODS 2.** 2025. Disponível em: <https://knowsdgs.jrc.ec.europa.eu/sdg/2>. Acesso em: 7 ago. 2025.